

PROCURAÇÃO "AD-JUDÍCIA – ET EXTRA"

Anna Maria Ribeiro Lorenço
Brasileira, casada, do lar, portador(a) da Cédula
de Identidade n.º 001215728 SSP/ MS, e inscrito(a) no CPF n.º
554.794.051-87, residente e domiciliado(a) na Rua
Bele Horizonte N.º 2297, Bairro
Centro Educacional, na cidade de
Fátima do Sul / MS - CEP 79.700.000, por intermédio de
seu procurador judicial infra-assinado, *ut mandato* anexo, com escritório
profissional localizado à Rua João Damasceno Pires n. 1140 Jardim Água Boa
Dourados – MS nessa cidade e Comarca de Dourados – MS,, nomeia e
constitui como seu bastante advogado – Luís **Henrique Miranda –**
Sociedade Individual de Advocacia, pessoa jurídica de direito privado,
inscrita no CNPJ n.º 27.124.610/0001-53, com sede na Rua João
Damasceno Pires, n.º 1140 – Jardim Água Boa em Dourados - MS,
devidamente representada pelo advogado – **LUIS HENRIQUE**
MIRANDA, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/MS sob o
14.809 com escritório profissional situado à Rua João Damasceno Pires,
n.º 1140, Jardim Água Boa na cidade e Comarca de Dourados, MS; aos
quais confere os mais amplos, gerais e ilimitados poderes para o foro em
geral, **com a cláusula "ad-judícia – et extra"**, em qualquer juízo,
instância ou tribunal, ainda que administrativos, especialmente para
propor ações de direito em nome da outorgante ou defendê-la nas
contrárias, seguindo umas e outras até o final julgamento, conferindo
ainda poderes especiais para formular acordos, desistir, transigir, bem
como representar os interesses da outorgante em processos
administrativos fiscais, de competência da Fazenda Pública Municipal,
Nacional, bem como perante aos Órgãos de Proteção e Defesa do
Consumidor. Para receber citação inicial, confessar, desistir, reconhecer
a procedência do pedido, transigir, renunciar ao direito sobre que se
funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso, podendo
para tanto, substabelecer está a outrem, com ou sem reserva de iguais
poderes, podendo, ainda, usar de todos os poderes para o seu mister
nos termos supra descritos.

Dourados – MS, 30 de novembro de 2022

Anna Maria R. Lorenço

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA

Ana Maria Ribeiro Barenco
Brasileira, casada, do lar, portador(a) da Cédula
de Identidade n.º 001.215728 SSP/MS, e inscrito(a) no CPF n.º
554.794.051-87 residente e domiciliado(a) na Rua
Belo Horizonte N.º 2297, Bairro
Fátima do Sul/MS, na cidade de
_____/_____- CEP 79.700-000, **DECLARA**, sob
penas de lei e para que se produza os efeitos legais, especialmente para
obter os benefícios de Assistência Judiciária Gratuita, que não dispõe
de rendimentos suficientes que lhe permite pagar os emolumentos ou
custas processuais, sem que esses valores afetem o sustento familiar.
Sendo desta forma, considerado pobre, na acepção legal da palavra.

Dourados – MS, 30 de novembro de 2022

Ana Maria R. Barenco

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Que entre si fazem Ana Maria Ribeiro Borengo
Brasileira, casada, do lar, portador(a) da Cédula
de Identidade n.º 001215723 SSP/ MS, e inscrito(a) no CPF n.º
554.794.051-87 residente e domiciliado(a) na Rua
Rua Belo Horizonte N.º 2297, Bairro
Centro Educacional, na cidade de
Fátima do Sul / MS - CEP 79.700000, doravante
denominado(a) CONTRATANTE e de outro lado, LUÍS HENRIQUE MIRANDA -
SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita
no CNPJ n.º 27.124.610/0001-53, devidamente representada pelo advogado - **LUIS**
HENRIQUE MIRANDA brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/MS sob o
14.809 com escritório profissional na Rua João Damasceno Pires n.º 1140 - Jardim São
Pedro em Dourados - MS - CEP 79.811-070, tendo entre si justo e contratado o
seguinte:

1ª CLÁUSULA: Por este instrumento particular, CONTRATANTE E CONTRATADO, têm,
entre si, justo e contratado, o presente contrato de prestação de serviços profissionais
advocatícios, para propor auxílio doença/aposentadoria invalidez.

2ª CLÁUSULA: Para execução do serviço ora contratado, o CONTRATANTE pagará aos
CONTRATADOS a seguinte quantia:

- a) **30% (trinta) por cento sobre o proveito econômico obtido com a procedência do pedido de auxílio doença/aposentadoria invalidez**
- b) **Os 03 (três) salários de benefícios, após a implantação do benefício, com vencimento na data do recebimento de cada benefício.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caberão exclusivamente aos CONTRATADO, em proporções iguais, os honorários sucumbenciais devidos pela parte contrária, em caso de condenação.

3ª CLÁUSULA: A CONTRATANTE obriga-se a: a) fornecer aos CONTRATADO, tão logo for solicitado a fazê-lo, em tempo hábil, todos os documentos e informações necessários à defesa de seus direitos e interesses; b) custear todas as despesas para o adimplemento das obrigações assumidas pelos CONTRATADO, tais como as decorrentes de custas processuais, fotocópias, autenticações, reconhecimento de firmas, telefonemas, cartas, cálculos de peritos e/ou contadores judiciais, além das diárias, no caso de viagens, previamente definidas em comum acordo pelas partes, entre outras; c) pagar aos CONTRATADO, pontualmente, em remuneração aos serviços prestados, ou colocados à sua disposição (honorários advocatícios) e a medida que forem necessárias parcelas em dinheiro para pagamento das despesas e custas judiciais; d) comparecer em todas as audiências judiciais, ou periciais, cuja presença seja imprescindível para o processo, bem como disponibilizar os nomes e endereços de todas as testemunhas solicitadas pelos CONTRATADOS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso o CONTRATANTE não compareça nas audiências judiciais ou periciais, das quais fora cientificado, ou pratique qualquer ato que dê causa a extinção do processo, deverá pagar honorários advocatícios aos CONTRATANTES no valor mínimo constante na Tabela de Honorários Advocatícios no âmbito da OAB/MS - Resolução OAB/MS n. 33/2010.

Ana

Luís

4ª CLÁUSULA: OS CONTRATADO prestarão contas das quantias recebidas do CONTRATANTE quando assim lhe convier ou for por estes solicitados.

5ª CLÁUSULA: A impossibilidade no pagamento das verbas acima mencionadas, importará na rescisão do presente contrato, a critério dos CONTRATADO, independentemente dê aviso prévio ou interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitando-se os CONTRATANTES ao pagamento integral dos honorários advocatícios previstos na cláusula 2ª retro, acrescido de juros de mora e atualização monetária.

6ª CLÁUSULA: O presente contrato terá a duração até o final do processo (DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO), a partir da assinatura do presente, podendo, entretanto, ser rescindido com aviso prévio de 10 (dez) dias, formalmente, por qualquer das partes.

7ª CLÁUSULA: Ocorrendo rescisão por parte do CONTRATANTE, este se obriga a pagar aos CONTRATADO o valor mínimo constante na Tabela de Honorários Advocatícios no âmbito da OAB/MS – Resolução OAB/MS n. 33/2010, proporcionalmente ao trabalho realizado.


8ª CLÁUSULA: Fica eleito o Foro desta Comarca de Dourados (MS), como competente para qualquer ação judicial oriunda do presente contrato, ainda que diverso seja, ou venha a ser o do CONTRATANTE.

E por estarem assim justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADO assinam o presente, juntamente com as testemunhas, em duas vias de igual teor e forma.

Dourados - MS, aos 30 de novembro de 2022.



LUIS HENRIQUE MIRANDA
OAB/PR 14.809


CONTRATANTE

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA